

UMA OPORTUNA HOMENAGEM

por Mário Soares

Vai ser feita ao primeiro Presidente da República, eleito em Democracia, Ramalho Eanes.

Toda a gente, desse tempo, sabe que tive algumas divergências com Ramalho Eanes. Mas isso não me impede de o considerar – porque é a verdade – um Presidente importante, cumpridor da Constituição, que jurou respeitar e fazer cumprir. E mais: que conseguiu normalizar as Forças Armadas após a Revolução dos Cravos, o Estado de Direito e a Democracia Social e a política de entendimento entre os trabalhadores e os empresários.

Particpei, como se sabe, ativamente, na primeira Candidatura, fazendo campanha em seu favor e, fui aliado do chamado “grupo dos nove”, que o apoiaram imenso, até ao fim, com os quais tanto conspirei, nos momentos difíceis, quando era necessário evitar que Portugal se transformasse, como se dizia então, numa espécie de Cuba Europeia.

Tivemos divergências depois da reeleição do Presidente, em quem, aliás votei. Muitas das pessoas de então, civis e militares, se lembram dessas querelas. Mas isso não exclui que, tantos anos depois, com a crise terrível que hoje se vive - e dado o comportamento do atual Presidente, Cavaco Silva, que não faz caso da Constituição que jurou cumprir e fazer respeitar – deva considerar hoje o primeiro Presidente em Democracia, Ramalho Eanes, como um exemplo de honestidade à prova de bala, que soube cumprir a Constituição da República.

É verdade que nem tudo foram rosas, nos seus dois mandatos e que teve, do meu ponto de vista, algumas falhas e maus conselhos. Contudo, para um militar genuíno, que veio da guerra colonial, diretamente, para Presidente e então sem grande cultura política, havemos de concordar que nunca envergonhou Portugal, antes pelo contrário. Como disse, normalizou as Forças Armadas e enraizou a democracia portuguesa. Por isso o aprecio, respeito e acho oportuna a homenagem que lhe vai ser feita.

Portugal vai cada vez pior

Ao contrário do que diz a propaganda do Governo, Portugal está paralisado, sem rumo, sem ética e é, cada vez mais, um protetorado da Troika. Está a destruir tudo o que resta do património português e a caminhar para uma espécie de nova ditadura. Ao contrário da Espanha e da Itália, que nunca permitiram que entrassem Troikas nos seus países. Honra lhes seja feita.

Agora recebeu um novo golpe com a nova situação da Irlanda – que entrou em crise antes de nós – e que soube ter um Governo competente para sair dela. Porquê? Porque não foi subserviente e a política foi sempre – ou quase – dominante sobre os mercados usurários, mantendo o respeito pelos seus compatriotas e não os ignorando. Ao contrário do nosso Governo.

Portugal continua a pagar os juros, sem discussão e a não ouvir as pessoas nem os partidos da Oposição, os Sindicatos e a manter a todo o custo a austeridade. Ora, todos os europeus sabem que tal imposição leva sempre as populações à pobreza, mais do que isso: à miséria, ao desemprego, ao suicídio, à criminalidade e à emigração. É, por isso, que muitos portugueses se recusam a pagar muitos dos serviços públicos e privados. É uma forma de subsistirem.

Quando digo que este Governo está moribundo, que só existe ainda, dada a proteção anticonstitucional do Presidente Cavaco Silva, entenda-se que não o faço para o tentar humilhar ou por razões ideológicas ou político-sociais. É tão só para evitar, enquanto é tempo, a violência, que aí vem.

Todas as classes sociais, com a exceção talvez da Igreja Católica (menos alguns párocos e até bispos, mais corajosos) estão ativamente contra o Governo e o Presidente da República, que não respeita a Constituição que jurou cumprir, é o protetor do seu Partido e, agora, também do aliado deste: o CDS/PP.

Juízes, procuradores do Ministério Público, académicos, universitários, médicos, advogados, professores, enfermeiros, empresários, comerciantes e até alguns banqueiros (falidos ou em risco de vir a falir), sindicalistas, militares de todas as patentes, trabalhadores reformados ou no ativo, alguns párocos, polícias e guardas republicanos, todos falam e se manifestam contra o Governo e o Presidente da República que o protege. Se o Presidente fosse politicamente neutro, como manda a Constituição vigente, este Governo, totalmente impopular, estava, há muito demitido. Os ministros e o próprio Presidente não podem sair à rua porque têm medo de ser vaiados ou mesmo agredidos.

É, pois, para evitar a violência que falo alto e bom som e digo a verdade aos portugueses. Porque o desespero é cada vez maior e estou convencido – com boas razões – que poderá vir a passar à violência, que pode ser fatal. O desespero e o ódio são maus conselheiros.

É isso que procuro evitar: que pode ter formas muito cruéis. Os portugueses são geralmente pacíficos, mas temos muitos exemplos na história, que quando as marcas se passam, reagem a sério. Demitam-se, pois, enquanto é tempo: Presidente e Governo. Antes que lhes aconteça o pior.

Repare-se que não é por acaso que a imprensa tem estado a falar nos múltiplos candidatos futuros a Presidente, com tanta antecedência. É significativo! Nunca aconteceu com nenhum outro Presidente. Reflita, Senhor Presidente. Não se convença que os seus pedidos para que o Partido Socialista possa fazer acordos de última hora com um Governo que o humilhou, durante dois anos, tenham qualquer possibilidade de serem aceites. Faça o que deve: demita-se, enquanto pode ir para casa, sossegado. Só lhe faltam dois anos. Não arrisque deixar desencadear a violência. É o pior que nos pode acontecer.

#### A importância da Lusofonia e da CPLP

3. A Revolução dos Cravos surgiu porque as guerras coloniais estavam perdidas e eram condenadas pela ONU, que proclamava, em todos os tons, o direito dos Povos à autodeterminação. Os mortos e os estropiados, de um lado e do outro – e houve muitos – foram completamente inúteis e devidos apenas à teimosia do ditador Salazar. Desde a perda do chamado Estado português da Índia, que todas as pessoas sensatas sabiam isso.

Salazar morreu na cama, muito antes da Revolução dos Cravos, mas Marcelo Caetano, que o substituiu, afirmou que com ele começaria uma "primavera política". Contudo, não foi o que aconteceu. Visitou Angola e outras colónias e ouviu os empresários portugueses que ganhavam com a guerra – mas não a faziam – e não se atreviam a pensar sequer, como exigia a ONU, no direito à autodeterminação dos Povos.

Até surgir a Revolução dos Cravos, completamente pacífica, com o objetivo principal de pôr fim às guerras coloniais. Como? Descolonizando, obviamente, segundo o mandato da ONU que – como disse e repito – proclamava o direito à autodeterminação dos Povos, apoiado em geral por todos os Estados membros. Portugal estava completamente isolado no plano diplomático.

Por isso a Revolução dos Cravos entusiasmou tanto – e ainda hoje é admirada - não só pela Europa, mas também pela América e pelo Mundo inteiro.

Como alguns leitores se lembrarão, porventura, quando se deu a Revolução dos Cravos, do 25 de Abril de 1974, eu tinha sido há quatro anos expulso de Portugal, sem julgamento prévio e por tempo indeterminado, tendo ajudado a fundar na Alemanha, o Partido Socialista, clandestinamente. Durante esse período, que vivi em Paris e viajei muito, contactei com os dirigentes africanos dos movimentos anticolonialistas, alguns dos quais estavam – ou passavam – por Paris e comungavam na defesa do mesmo objetivo: o direito dos Povos à autodeterminação.

Por isso, quando veio a Revolução dos Cravos, fui dos políticos exilados, com Ramos da Costa, Tito de Morais e Fernando Oneto, dos primeiros a regressar à Pátria, sem saber sequer qual era o sentido da Revolução. Fomos aliás saudados inesperadamente pelos aplausos da população, que nos esperava e depois fomos recebidos pelo General Spínola.

Trazíamos na cabeça a ideia de que o primeiro objetivo do pós 25 de Abril era fazer a paz com as colónias em guerra e conceder a todas, sem exceção, o direito à autodeterminação. Para mim, era a prioridade das prioridades. Antes da democratização e do necessário desenvolvimento. E, por isso, no dia em que fui nomeado, por Spínola, ministro dos Negócios Estrangeiros (16 de Maio de 1974) do I Governo Provisório, o meu camarada e amigo, Leopold Senghor, Presidente do Senegal, enviou o seu avião para me levar a Dakar, acompanhado do membro do MFA, Almeida Bruno e me encontrar com o líder do movimento anticolonialista da Guiné e Cabo Verde, Aristides Pereira, visto já ter sido então assassinado o grande lutador Amílcar Cabral. Estabelecemos nesse dia o cessar-fogo, com a promessa do nosso reconhecimento à autodeterminação.

Fizemos o mesmo a todas as outras colónias nos dois anos que se seguiram. À exceção de Timor e Macau. Com efeito, os chineses sempre nos disseram e repetiram que Macau nunca fora uma colónia. Foi cedido pela China a Portugal. E Timor foi invadido pela Indonésia antes de ser descolonizado.

Curiosamente, as relações humanas entre todas as ex-colónias e Portugal tornaram-se extremamente amistosas, tendo todas adotado o português como a sua língua. Foi então que nasceu a Lusofonia e um pouco mais tarde, era então Presidente de Portugal Jorge Sampaio, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). À semelhança da Commonwealth, com uma exceção de monta: o Reino Unido excluiu a América do Norte, a principal colónia de língua inglesa e Portugal fez questão em que o primeiro parceiro da CPLP fosse o Brasil...

A CPLP não é só um acordo entre países que falam a mesma língua. Trata-se também de um acordo entre culturas e de solidariedade entre países amigos nos planos económico, social, político e mesmo diplomático.

Nem sempre tem sido assim, mas a crise múltipla – financeira, económica, social e política – de que os países europeus têm sido vítimas, levou milhares de portugueses a perder os seus empregos – por causa da austeridade, imposta pelos mercados usurários e das chamadas Troikas, que só servem interesses alheios. Muitos portugueses estão a emigrar (em geral as melhores cabeças), para os principais países lusófonos, como o Brasil, Angola e Moçambique, entre outros. Ora, em todas eles, os portugueses têm sido generosamente acolhidos. É por isso que o atual Governo tem sido de uma total incompetência – para não dizer pior – quando tentou julgar alguns angolanos, que queriam investir em Portugal, para em seguida se pôr de joelhos para lhes apresentar desculpas... Um Governo incapaz, sem rumo certo, que tem um ministro dos Estrangeiros, especialista em cometer gafes atrás de gafes...

Voltando à lusofonia, que é uma das muitas riquezas que Portugal tem, direi que é preciso dar um novo fôlego à CPLP, cuja presidência será, no próximo ano, Timor.

Tenho o sonho, que um dia possa vir a ser realizado, não por mim, obviamente, que já não tenho idade para isso, mas por gente lúcida e que esteja na força da vida: criar uma trilogia no Atlântico Sul, composta pelo Brasil, Angola e Portugal, que possa dominar uma grande parte do sul do Oceano Atlântico, sem esquecer, noutro plano, o nosso querido Cabo Verde, a infeliz Guiné e São Tomé e Príncipe.

Atenção. A Lusofonia é a terceira língua europeia e quinta, mundial. Assim a CPLP tem todas as condições para se tornar uma força muito importante no próximo futuro. Ao serviço de todos que a compõem. Desde que haja solidariedade, fraternidade e bom senso entre os seus membros. Como irmãos que somos.

Lisboa, 19 de Novembro de 2013